

POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA BRASILEIRA: ENTRE O BRANQUEAMENTO E O DENEGRIMENTO

RADYFRAN NASCIMENTO DE FRANÇA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
radyfran@gmail.com

MARIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
maria.santos@ifrn.edu.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O presente texto aborda o tratamento das questões raciais no Brasil durante a Primeira República, destacando como as elites dirigentes, inspiradas em ideais europeus de modernidade, construíram um projeto nacional excludente. Esse projeto buscou consolidar a ordem social após a abolição da escravidão, mantendo privilégios históricos e controlando as classes populares, especialmente a população negra recém-liberta, vista como ameaça potencial à estabilidade do novo regime.

A precedente análise resultou de uma investigação primária, com recorte étnico-racial, com base epistemológica no Materialismo Histórico-Dialético, calcada em uma pesquisa bibliográfica e análise documental, onde se buscou traçar a manifestação do racismo estrutural no contexto das Políticas Públicas para a educação, em especial na Educação Profissional, que o regime republicano propôs as massas populares, sobretudo, aos negros e negras recém libertos pela Lei Aurea.

DESENVOLVIMENTO

Desde o período escravista, observa-se um processo contínuo de exclusão social dos negros, aprofundado por medidas como a Lei de Terras de 1850, que dificultou radicalmente o acesso à propriedade fundiária por ex-escravizados e concentrou a terra nas mãos das elites. Com a abolição em 1888, a liberdade concedida aos cerca de 700



mil libertos foi apenas formal, pois não houve políticas públicas de integração social, econômica ou educacional (Gomes, 2013). Sem indenização, sem terras e sem escolarização básica, os ex-escravizados foram lançados à marginalização, ao mesmo tempo em que seus antigos senhores reivindicavam compensações financeiras.

Assim, a pesquisa buscou entender como se deu as mediações que definiram o lugar dos negros e negras no contexto da divisão do trabalho, bem como a reação das elites no combate ao processo de denegrimiento de certas ocupações laborais, medida iniciada ainda em período anterior à República, que objetivava a ressignificação do imaginário social buscando dissociar certas profissões manuais da ideia de que seriam atividades “próprias de negros”.

Tal reação das elites se constituiu uma velada defesa ao branqueamento como contraproposta ao denegrimiento dessas profissões, configurando não apenas mera discriminação ao trabalho manual, mas também e principalmente, daqueles que o exerceriam (Cunha, 2005).

A opção ao uso do termo “denegrimiento” neste trabalho advém de uma atitude política tomada pelo pesquisador e fruto de seu progressivo letramento racial, opondo-se à conotações pejorativas que o senso comum atribui a quase tudo que se possa ser da pertença negra. Assim, denegrir significa o processo que politicamente se opõe ao sistemático embranquecimento das relações capitalistas e sociais que resultou na marginalização cultural, política e econômica dos povos não brancos.

A Proclamação da República, em 1889, ocorreu em meio a essas contradições e se caracterizou como uma “modernização conservadora”. Embora o discurso republicano evocasse ordem, progresso e modernidade, o novo regime manteve intactas as estruturas sociais herdadas da escravidão. A República nasceu temendo o povo e as chamadas “classes perigosas”, entre as quais se incluíam majoritariamente os negros libertos (Santos, 2019).

Esse temor se manifestou em medidas legais e repressivas, como o Código Penal de 1890, que criminalizou a vadiagem e a capoeira, práticas associadas às populações negras e pobres (Soares, 2004). A punição incluía o recolhimento de jovens a



estabelecimentos disciplinares industriais, reforçando a ideia de uma educação pelo trabalho como instrumento de controle social. Antes mesmo da Constituição Republicana, o Estado priorizou mecanismos de coerção e disciplinamento, revelando sua preocupação central com a ordem, e não com a cidadania plena. Nesse contexto, a educação passou a ser concebida como ferramenta para enquadrar moral e economicamente as massas populares, conforme descrito por Santos (2019), sobretudo a população negra.

A Educação Profissional ganhou relevância como estratégia de docilização, associando trabalho manual, disciplina e valores morais. Apesar de iniciativas anteriores, como as sociedades de artífices formadas por negros e pardos ainda no Império, o projeto republicano apropriou-se dessa concepção com objetivos claramente elitistas, alinhados às demandas do capitalismo industrial e às teorias eugenistas em voga.

As elites republicanas, influenciadas por concepções pseudocientíficas de raça e perfectibilidade, acreditavam que a população negra era biologicamente inferior ou degenerada (Schwarcz, 1993). Mesmo entre os eugenistas “leves”, predominantes no Brasil, a educação era vista como meio de corrigir moralmente essas populações, sem questionar a hierarquia racial e social existente (Dávila, 2006). A escola tornou-se, assim, espaço privilegiado de intervenção estatal para moralizar, higienizar e tornar úteis os corpos pobres e não brancos.

As Colônias Correccionais exemplificam essa lógica, ao promoverem uma educação pelo trabalho voltada mais para a disciplina e a autossustentação institucional do que para a real inserção dos apenados no mercado de trabalho. A mesma racionalidade orientou a criação, em 1909, das Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas aos “desfavorecidos da fortuna”, majoritariamente filhos de pobres urbanos. Embora formalmente educativas, essas escolas também funcionavam como instrumentos de controle social, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

A criação das Escolas de Aprendizes ocorreu durante o governo de Nilo Peçanha, primeiro presidente negro do país, o que constitui uma relevante contradição histórica.



Essas instituições simbolizavam a modernidade urbana e a consolidação do proletariado, mas ofereciam uma formação pragmática, voltada aos ofícios manuais e mecânicos, reforçando a divisão social e racial do trabalho (Santos, 2019). O decreto fundador evidenciava pressupostos higienistas e moralizantes, associando pobreza à tendência ao vício e ao crime.

Outro aspecto central analisado é o apagão do registro racial nos documentos oficiais e censitários do período. A omissão do quesito raça/cor nos censos de 1900 e 1920 e nos registros escolares dificultou a identificação do perfil racial dos estudantes das Escolas de Aprendizes Artífices. Esse silêncio documental não foi casual, mas parte de uma estratégia de encobrimento do passado escravista e de construção de uma identidade nacional baseada no mito da harmonia racial e da miscigenação (Sodré, 2023).

Apesar da ausência de dados explícitos, é possível inferir que a maioria dos alunos dessas instituições era composta por pretos e pardos, inseridos em um modelo educacional que visava torná-los úteis sem promover a mobilidade social. Assim, a Educação Profissional, no início da República, consolidou-se como expressão de uma modernização excludente, mantendo as elites no domínio do trabalho intelectual e os pobres, especialmente negros, confinados aos trabalhos manuais.

CONCLUSÕES

O projeto de nação engendrado pelas elites republicanas fundamentava-se em pressupostos eugenistas de branqueamento, porém, encontrou sua contradição na luta dos negros e negras pelo "denegrimento" dos espaços sociais, políticos e econômicos em um país marcado por profundas desigualdades raciais, sendo o último das Américas a abolir formalmente a escravatura e possuidor da maior população negra fora da África.

Em contrapartida, aos chamados “desfavorecidos da fortuna” — categoria social que, no contexto brasileiro, era constituída majoritariamente por negros e negras — caberia ao Estado a oferta de espaços de regeneração moral e social, materializados em instituições públicas de formação profissional. Nestes espaços, a educação pelo trabalho orientava-se, em geral, ao exercício de ofícios de caráter subalternos e socialmente desvalorizados. Foram para estes espaços de subalternidade que a branquitude brasileira



projetou ao denegrimento, fora destes, segundo as elites, o país estaria sujeito à degeneração e a se desviar do caminho da Ordem e do Progresso.

A pesquisa evidenciou que o projeto educacional e político da Primeira República brasileira esteve profundamente marcado pelo racismo, pelo elitismo e pela lógica de controle social. A educação profissional, longe de ser emancipadora, funcionou como mecanismo de regulação moral e econômica das classes populares, contribuindo para a reprodução das desigualdades raciais e sociais herdadas da escravidão.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. Brasília: Editora Unesp, 2005. 191 p.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil - 1917-1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 400p. Tradução: Claudia Sant'Ana Martins

GOMES, Laurentino. **1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Globo, 2013. 415 p.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **Entre a ordem e o progresso: a escola de aprendizes artífices de Natal e a formação de cidadãos úteis (1909-1937)**. João Pessoa: IFPB, 2019. 309 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**, 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 373 p.

SOARES, Oscar de Macedo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil**. ed. fac-símile. Brasília: Senado Federal; Supremo Tribunal de Justiça, 2004. 860p.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis: Vozes, 2023. p 275.

